

**JOSÉ REIS**

**A ECONOMIA PORTUGUESA NA VIRAGEM DA DÉCADA  
DE OITENTA: UMA SÍNTESE PROSPECTIVA**

nº 44  
Janeiro 1995

**Oficina do CES**  
Centro de Estudos Sociais  
Coimbra

**OFICINA DO CES**

Publicação seriada do

**Centro de Estudos Sociais**

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

**Correspondência:**

Apartado 3087, 3000 Coimbra

**José Reis**

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais

## **A Economia Portuguesa na Viragem da Década de Oitenta: uma síntese prospectiva\***

### **1. Duas ideias acerca da investigação sobre a economia portuguesa dos anos oitenta e noventa**

Este artigo divide-se em duas partes e baseia-se em duas ideias para cuja discussão pretendo contribuir. A primeira representa uma leitura, que é desnecessário apresentar como pessoal, de alguns dos tópicos de investigação presentes nos estudos sobre a economia portuguesa da década de oitenta. Tais tópicos, que sumariarei na primeira parte, revelaram-se empenhados em esclarecer questões importantes sobre as estruturas internas da economia (aquilo a que chamo as suas *matrizes constituintes*) e permitiram que se ganhassem algumas ideia-fortes sobre o seu funcionamento.

Tratou-se, sobretudo, de conhecer *processos e actores, estruturas e políticas*. Isto é, as imagens de que passámos a dispor sobre a economia portuguesa complementavam devidamente a moldura sempre disponível sobre as variáveis macro-económicas (os preços, a moeda, o crédito, o investimento...) e os "grandes" indicadores.

O que esteve em causa foram temas como os da reprodução económica e social das famílias (as contas de rendimento, as formas de actividade, o emprego), as formas de estruturação da economia (modalidades de inserção económica da agricultura, estruturas territoriais e articulações regionais), a compreensão da heterogeneidade do sistema económico (pobreza,

\* Agradeço a Lina Coelho a leitura e comentários deste texto, bem como a preparação de alguns indicadores. Teresa Pratas Jorge trabalhou na base de dados aqui utilizada.

hierarquias empresariais, diferenciações regionais do investimento, comportamentos locais do empresariado e da iniciativa)<sup>1</sup>. Isto é, a investigação económica re-interessou-se pelos actores, comprometeu-se com o entendimento dos processos e procurou ganhar da economia a percepção de que ela se organiza em sistemas e é um sistema.

Não estando agora em causa avaliar a qualidade e capacidade sistemática dos resultados atingidos, parece, contudo, que estivemos perante lógicas de investigação razoavelmente convergentes e suficientemente "maturantes" de um objecto empírico articulado.

Aquela fase coincidiu com um período da economia portuguesa em que a expansão e o funcionamento pela quantidade prevaleceram sobre as reestruturações, os ajustamentos, o funcionamento pela qualidade e mesmo sobre as restrições: o PIB cresceu a taxas significativas, as exportações também, a restrição cambial não se manifestou, o emprego não regrediu, a produção era facilmente validada pelos mercados.

Ao mesmo tempo, quer esta lógica de funcionamento da economia, quer a atenção que a investigação económica dedicou aos temas acima referidos evidenciavam que a nossa sociedade mobilizava processos próprios das suas estruturas internas — evidenciava a sua *espessura*. Isso era visível, por exemplo, no facto de "velhas" especializações produtivas regionais aproveitarem extensamente a facilidade de acesso aos mercados externos. Ou de a agricultura "tradicional" responder positivamente a alguns estímulos de mercado (caso da produção leiteira) e, sobretudo, estruturar pela pluriactividade e pelo pluri-rendimento determinados padrões de consumo e de urbanização e industrialização difusas. Ou ainda, em épocas de crise mais acentuada, pelo facto de o investimento que escasseava nas regiões metropolitanas ser "substituído" pelo de regiões com contas de rendimento baseadas em fontes diferentes das que resultam da polarização salários/lucros. E, sobretudo, era visível que a economia e a sociedade tinham algumas capacidades para mobilizar: as pequenas iniciativas, as sinergias territoriais, os processos informais. A economia era, pois,

---

<sup>1</sup> Sirvam de exemplo, e apenas de exemplo, pois não procurarei aqui chegar a uma lista exaustiva, trabalhos como GEBEI (1983), A. O. Neves (1984), J. Reis (1985 e 1986), J. Ferrão (1985), I. S. Lobo (1985), M. B. Alves *et al.* (1986), J. M. Henriques (1986), B. S. Santos, J. Reis e M. M. L. Marques (1986), N. Portas (1986), J. Gaspar (1987), M. J. Rodrigues (1988), M. M. L. Marques (1992), R. R. Amaro (1991), M. P. Gonzalez (1992), M. Ruivo (1992), A. Gama (1993) e o nº 22 da *Revista Crítica de Ciências Sociais* (1987) .

interpretada pelos seus factores de "flexibilidade" e na sua "plasticidade", os quais tanto reproduziam relações desiguais, "endógenas" ou "exógenas", quanto serviam de mecanismos de compensação para as pressões da crise.

A segunda ideia que aqui pretendo discutir parte do pressuposto que estes campos de investigação parecem tender a ficar despovoados na década de noventa e que isso acontece num período em que se justifica especialmente reconstruí-los, pois os temas em causa relacionam-se com áreas da economia portuguesa que parecem ter "esgotado" o seu potencial de relacionamento com o crescimento e em que as fragilidades se tornam crescentes, sendo por isso necessário fundamentar uma discussão sobre as perspectivas de evolução da economia e da sociedade portuguesas. Isto é, julgo que a fase actual da evolução económica justifica tanto uma síntese que reconheça os resultados de investigação acumulados, quanto a sua rediscussão no quadro de uma perspectiva inquieta.

E será tanto mais assim quanto é certo que a integração, o ajustamento, as reestruturações, a regressão do emprego, as exigências de inovação e competitividade e as margens de manobra estreitas nos domínios cambiais são factores que tendem a prevalecer sobre aqueles que antes possibilitaram a expansão, o escape do funcionamento pela quantidade e a mobilização informal dos recursos "mais à mão".

Ou seja, os factores que acima considere como pertencentes à parte da *espessura* própria da sociedade portuguesa que se articulava com a dinamização económica, tendem a esgotar-se ou a serem suprimidos sem que, em seu lugar, tenha emergido um quadro de funcionamento económico qualificante, modernizador e ousado. Aquilo que, numa óptica de "modernização", pode ser qualificado de tradicional e regressivo não dá lugar ao que, na mesma óptica, assume as feições de avançado ou inovador<sup>2</sup>.

E é neste contexto que várias questões parecem re-emergir como particularmente pertinentes. É claro, por exemplo, que a esfera agrícola se fragilizou fortemente em Portugal sem que qualquer novo modelo se substituísse ao que anteriormente tinha manifestado capacidade de funcionamento, desde que devidamente entendido. É também possível afirmar que os modos de articular as hierarquias empresariais e produtivas

---

<sup>2</sup> Veja-se o que tem sido escrito por Boaventura de Sousa Santos (1994, nomeadamente) acerca das relações entre o pré-moderno e o pós-moderno na sociedade portuguesa.

(sub-contratação, dinâmicas locais de industrialização, "validação" pela exportação de zonas de forte especialização pouco qualificante) e as margens de informalidade dos sistemas de emprego se alteraram fortemente, pela deslocação para vias de integração trans-nacionais. É ainda justificado que se pressuponha que as formas do investimento estrangeiro representam cada vez mais mapas de sub-integração, num quadro de dependência na divisão intra-europeia do trabalho (a paisagem ibérica sublinha-se muito expressivamente nesses mapas)<sup>3</sup>.

Quero dizer, em suma, que os anos noventa apontam para o esgotamento, na economia portuguesa, de muitos dos processos que a dinamizaram na década de oitenta, sem que as condições emergentes representem inovações qualificantes tão ancoradas nas *matrizes constituintes* da sociedade como o estiveram os factores anteriores. Ao contrário, o que, a par daquele esgotamento, é novo é a integração por vias desqualificantes, a sub-integração acabada de referir.

É perante isto que na segunda parte deste artigo procurarei justificar alguns dos processos que legitimam o estabelecimento de hipóteses deste tipo. Para isso, centrar-me-ei na discussão das evoluções do modelo agrícola, proporei algumas hipóteses para a análise das tendências que parecem caracterizar as dinâmicas espaciais da indústria e os movimentos locais de industrialização e analisarei a evolução das componentes do rendimento disponível das famílias.

## **2. Os anos oitenta: identificação da complexidade dos modos de vida económica**

A hipótese de fundo que, na leitura que estou a propor, unificou a investigação sobre a economia portuguesa foi a do seu polimorfismo, próprio de um tipo de desenvolvimento intermédio, a que alguns chamam semi-periférico, qualificação que eu próprio partilho.

Como tal, Portugal foi visto pelas suas características de intermediação na orgânica funcional do sistema-mundo e por uma estrutura interna marcada

---

<sup>3</sup> Para o alargamento da discussão sobre questões de transnacionalização na economia portuguesa veja-se um contributo de Lino Fernandes (1994) em *Notas Económicas - Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*.

por processos particulares, que a diferenciam quer das economias centrais, industrializadas, quer das economias dependentes do terceiro-mundo. Esta circunstância deriva de o regime de acumulação conhecer apenas formas parciais e limitadas de intensificação do crescimento económico, da industrialização, da salarização e das normas de consumo, da valorização internacional da produção, ou da constituição de uma forma estatal próxima da que se tornou conhecida como Estado-Providência.

Noutro lugar (J. Reis, 1992: 128-9) tive a oportunidade de considerar que, em traços gerais, as características estruturais apontadas à economia portuguesa podiam sintetizar-se nalguns pontos. Considerava-se que estávamos perante uma economia que apresentava níveis intermédios de desenvolvimento: (a) na qual coexistiam diferentes formas de organização da produção e onde era manifesta uma grande heterogeneidade dos agentes e do comportamento económico; (b) onde em vez de dualismo havia processos relativamente organizados de articulação económica e social entre sectores e regiões; (c) em que era notória a discrepância entre os modos de formação do rendimento e as estruturas formais de produção instaladas; (d) que dispunha de algum controlo nacional sobre os instrumentos de política económica; (e) onde apenas limitadamente se dava o nivelamento da produtividade e das taxas de salário e de lucro; (f) que assegurava algum dinamismo interno, embora isso se devesse, frequentemente, ao papel atribuído aos salários enquanto factores de estabilização e a *omissões* quanto à modernização de alguns sectores; (g) cuja forma de inserção na economia mundial estava, por um lado, muito ligada aos movimentos internacionais de mão-de-obra (para a Europa comunitária) e, por outro, à expressão relativamente limitada que assumiram os movimentos internacionais de deslocalização do capital; (h) onde o capital estrangeiro se articulou de forma relativamente equilibrada com as estruturas produtivas pré-existentes, e para o qual, numa primeira fase, o mercado interno e a exportação tinham um peso idêntico como destino da produção; (i) onde a crise económica coexistiu com profundas transformações políticas e sociais, originando consideráveis "acelerações" da história, com reflexos nas formas de regulação do mercado de trabalho; (j) onde os desequilíbrios regionais se têm apresentado como muito expressivos e é significativo o risco de cumulatividade; (l) em que a existência de processos territoriais estruturalmente descontínuos de ordem económica, social e cultural não invalidava a sua articulação.

Esteve, portanto, na agenda de investigação compreender os *modos da vida económica* em Portugal, quer dando uma atenção maior do que a que é comum entre os economistas à esfera da reprodução social e da reprodução da força de trabalho, quer atendendo aos vários factores que diferenciam os espaços produtivos nacionais.

O que ressalta é uma percepção da complexidade da sociedade e da economia portuguesas. Complexidade que advém das descontinuidades do sistema económico (o já referido polimorfismo) e dos processos de articulação que a partir daí se originam. São ideias que encontram raízes comuns em diversas áreas das ciências sociais: desde as leituras de Orlando Ribeiro, na geografia, sobre a "rica, complexa e quase desconcertante diversidade regional" (O. Ribeiro, 1986: 141), ou as fragmentações e duplicidades do território lidas por historiadores como J. Matoso (1986) ou D. Justino (1988), até à heterogeneidade das formas de regulação social vistas por B. S. Santos (1988) ou à multiespacialidade dos elementos sócio-territoriais interpretados por F. Medeiros (1988), na sociologia.

Na economia tomo dois exemplos iniciais, a análise de M. J. Rodrigues (1988) sobre o sistema de emprego e a de C. Figueiredo *et al.* (1985) sobre as formas estruturais das zonas nucleares da especialização portuguesa. São questões como a heterogeneidade da relação salarial, as orientações produtivas e o grau de complexidade organizacional que estão em causa, definindo várias *zonas de emprego* e vários *núcleos de especialização*. Passa a revelar-se indispensável para estas observações a consideração dos modos de regulação social em presença, do mesmo modo que, pelas interpretações propostas ou pela prova empírica feita, se torna claro que, nas dinâmicas da economia, as lógicas territoriais se sobrepõem às sectoriais (J. Ferrão e C. Butler, 1987) e que a articulação de espaços produtivos locais se representa em funções que "só reencontram coerência a nível regional" (M. R. Silva, 1987: 5).

Eu próprio propus (J. Reis, 1992: 170-181) uma interpretação do que chamei *espaços estruturais de funcionamento da economia portuguesa*, em que atendi às tendências demográficas, às dinâmicas de industrialização e aos modos de reprodução da força de trabalho (tipos de urbanização e funções da agricultura). Tratou-se de identificar três espaços estruturais distintos: o espaço das articulações agricultura/indústria; o espaço da concentração urbana e industrial e o espaço interior, ou de reserva.



A todas estas considerações não era alheio um quadro de análise mais global com o qual se procurou interpretar as transformações institucionais resultantes do 25 de Abril (em que serve de exemplo o texto de B. Santos, J. Reis, e M.M. Marques, 1986) as relações entre transição política e transição económica e a centralidade (A. Mateus, 1985), daí derivada, da relação salarial. Este período de intensa "aceleração da história" vinha sublinhar muitas das descontinuidades da economia consolidadas ao longo de décadas e vinha também tornar evidente a coexistência de avanços institucionais com a reactualização de lógicas profundas de organização da economia e da sociedade, como as que se exemplificam no papel da agricultura ou nas antigas especializações locais e regionais.

Julgo possível fundamentar duas ordens de conclusões a partir dos quadros de pensamento em presença nesta investigações.

A primeira é sobre as dinâmicas e as articulações da economia. A ideia de base é que a condição intermédia das sociedades semiperiféricas corresponde a articulações internas relativamente sólidas (A. Mateus, 1987: 52-59). De facto, uma vez adquirida a ideia de que os indicadores de desenvolvimento económico e social se apresentam como claramente intermédios, entre os países mais industrializados e os países menos desenvolvidos, uma outra característica da semiperiferia é a coexistência de diferentes formas de organização e gestão da produção, isto é, de realidades heterogéneas onde os movimentos de nivelamento das produtividades e das taxas de salário e de lucro são limitados.

Significa isto que há disparidades regionais e sectoriais entre empresas, mas a esta situação não correspondem as formas de "dualismo-marginalização" que são típicas das economias subdesenvolvidas, antes devendo ser encaradas, como uma espécie de "dualismo-articulado". O que se diz da estrutura produtiva pode repetir-se para a esfera do consumo e, mais genericamente, da reprodução social, para a esfera política e para a acção dos agentes económicos.

Da segunda ordem de considerações faz parte a convicção de que há um passo adiante para dar, concedendo atenção aos sinais de debilidade que constituem a outra face da mesma moeda. A questão era que a economia portuguesa é bastante aberta a relações desiguais, facto que exige fortes

quadros de negociação. Neste sentido, é o que há de "incompleto" nesta economia que nos continua a colocar a necessidade de atender à análise da estrutura produtiva e das relações que, nesse plano, se estabelecem. Mas, sublinhe-se, a ideia de "incompleto" não decorre da comparação com outros modelos económicos (eventualmente já esgotados) que se têm por mais ou menos tipificados, como é comum nas noções "etapistas" do desenvolvimento. Tem a ver, principalmente, com alguns "valores" adquiridos, pelo menos, no âmbito das economias europeias, como é o caso das questões relacionadas com a distribuição do rendimento; da capacidade de inovação e de complemento entre as práticas de execução e de concepção; da não redução das formas de flexibilização da relação salarial às práticas desiguais de precarização do emprego e da utilização intensiva do trabalho; da não admissão da lógica de mundialização da economia sem uma correspondente atitude ofensiva e negocial.

Isto é, o reconhecimento das limitações da economia portuguesa devia ir a par da mesma atenção para com o que de mais estruturado aí se podia encontrar.

Ora, o que pretendo justificar de seguida é que a pertinência desta segunda questão se revalorizou grandemente nos dias de hoje, em vista do aprofundamento dos sinais de debilidade e de sub-integração, os quais, do meu ponto de vista, assume cada vez mais a forma de uma sub-integração ibérica.

### **3. Os anos noventa: hipóteses de trabalho perante novas fragilidades**

O problema que hoje se deve pôr é que os estudos sobre a economia portuguesa da década de noventa parecem estar a esvaziar o campo de reflexão sobre as suas estruturas internas e sobre as articulações que entre elas se organizam. E isto no exacto momento em que a nossa economia aparenta fragilidades crescentes, que apontam para o esgotamento de processos, virtuosos ou viciosos, que antes a dinamizaram.

Para dar consistência a esta ideia pretendo agora discutir três questões, as quais representam mais um programa de investigação do que conclusões: as articulações inter-sectoriais e o modelo de agricultura; as articulações

regionais e os movimentos locais de industrialização; as componentes do rendimento das famílias<sup>4</sup>.

Com estes três temas estão em causa o modo de internacionalização da economia portuguesa e os modos de assegurar a sua coerência interna.

### **3.1. O modelo agrícola: da incompreensão ao desnorte**

O pensamento dominante nunca compreendeu o funcionamento do modelo agrícola nacional. E, por isso mesmo, sobrepos-lhe sempre alternativas-fantasma: a intensificação empresarial, quando ele era familiar; as economias de escala, quando ele assentava em economias de variedade; os estereótipos da concorrência quando ele era cooperativo; a especialização e a profissionalização quando ele era "policultural" e pluriactivo; uma economicidade estreita quando o seu funcionamento económico se integrava também em formas de sociabilidade; a tecnicidade sectorial quando ele funcionava em articulações inter-sectoriais que são próprias da pluriactividade e da inserção no mercado de trabalho das zonas de urbanização e industrialização difusas.

Além disso, o pensamento dominante escolheu sempre as causas erradas: acusou o pequeno agricultor familiar e pluriactivo de ineficiência económica, quando as maiores falhas estavam nos sectores latifundiário, extensivo e profissional altamente subsidiado; moveu-se contra as "insensibilidades perante o mercado" quando as "contra-políticas" de integração cooperativa, como a da produção leiteira nos anos setenta, mostrava respostas mercantis muito dinâmicas; tratou como não-económico o que era apenas outra forma de participar na economia (é o caso das funções da agricultura que não passam pelo mercado dos produtos, mas passam pelo mercado de trabalho); propôs-se utilizar choques "europeus" quando a energia deste modelo já se tinha esgotado; tratou como tradicional e colapsado o que poderia ser visto como resistência a uma lógica agrícola transitória donde hoje emergem, aliás, as soluções que, na União Europeia, tendem a configurar as "válvulas de escape" ao esgotamento da PAC iniciada nos anos sessenta e dificilmente reformada nos anos noventa; por tudo isto, enfim, cobriu toda a realidade

---

<sup>4</sup> Na mesma linha, deve também merecer discussão a forma de inserção na economia nacional dos investimentos directos estrangeiros.

com nevoeiro, ficando incapacitado para ver mesmo o que era efectivamente desadequado e justificava transformações.

Por tudo isto, quase inesperadamente, o modelo agrícola anterior desabou sob o peso das quebras de rendimento; sob os efeitos da normalização de produtos e de processos de comercialização; sob a elevadíssima concentração de medidas e recursos de políticas apenas num estrato muito limitado de agricultores "protegidos"; sob o enorme efeito psicológico, capaz mesmo de afectar aqueles que não seriam atingidos, que resultava da ideia de que o sector agrícola português "é para falir", porque os interesses nacionais se medem mais pelos impactos das importações de alimentos na inflação do que pelos resultados da produção nacional.

De nada valeu, neste contexto, a cosmética estatística que, enfim, quase quatro décadas depois do recenseamento das explorações agrícolas de 1952-54, só encontrou em Portugal pouco mais de 500 mil explorações agrícolas, e já não aquele "arrelizador" número de 800 mil. Isto é, chegava-se à ansiada situação em que a diminuição dos agricultores indicaria modernização pelo exclusão dos ineficientes e retenção dos "economicamente viáveis".

E o quadro da política agrícola hoje em Portugal é quase totalmente dominado pela ideia de que ao sector devem ser sobretudo dirigidas medidas ligadas aos serviços em meio rural, num reconhecimento muito tardio da chamada pluralidade de funções do espaço rural, feito agora por simples cópia dos ditames comunitários e através da omissão daquilo que, neste momento, faria a defesa das especificidades nacionais: a valorização do produtor que, resistentemente, sempre assegurou as hoje tão revalorizadas economias de variedade da produção artesanal. Ao contrário, em lugar do produtor vamos encontrar a atenção concentrada sobretudo naquilo que está a jusante dele, salvo pequenas excepções geridas no âmbito de alguns programas *Leader*.

É perante isto, que os dados principais da economia do sector agrícola em Portugal são hoje os seguintes:

*Uma falsa redução administrativa do universo reconhecido como sector agrícola*

Por razões que advêm apenas do critério de definição de exploração agrícola do INE, recensearam-se em 1989 (data do último recenseamento agrícola) 598742 explorações, o que representaria um decréscimo de 27% relativamente a 1979. Trata-se contudo de um falso decréscimo porque os universos são diferentes. Comparando o que é comparável (as explorações com 1 hectare ou mais) verifica-se que, afinal, ocorreu um aumento de 14% no número de explorações (INE, 1993: 24). Como não há razões para pensar que tenham sido as muito pequenas explorações que tenham diminuído, há boas razões para concluir que o número de explorações se mantém estável em Portugal, na proximidade das 800 mil. E isso deve-se, evidentemente, a uma economicidade informal e a uma pluralidade de funções que as políticas agrícolas não têm acolhido.

*Uma acentuada degradação das relações de troca e uma persistência de uma economia de reprodução da força de trabalho*

A persistência das explorações não quer significar manutenção do seu potencial económico. Este está muito reduzido pela "normalização" a que o sector foi submetido. Coisa que se vê logo na "tesoura de preços", a *ratio* entre os índices de preços implícitos da produção e do consumo intermédio, que decresce a uma taxa média de quase 3% entre 1988 e 1992, pela diminuição do investimento e pelas dificuldades em o amortizar, pela intranquilidade quanto às soluções de organização dos mercados.

Este é, aliás, apenas um dos factores que contribui para a diminuição do emprego na agricultura. Facto que não significa necessariamente uma diminuição da população que faz parte de famílias com agricultura. Esse traço, não apenas de ruralidade mas antes das características estruturais da agricultura portuguesa como plataforma de sociabilidades, indicia que é uma economia da reprodução da força de trabalho que continua a exercer-se (pela procura de complementaridades para os salários não-agrícolas, pelo tipo de habitação procurada, pelo lazer).

*Um mercado que se afasta crescentemente dos produtores*

A realidade do sector agrícola hoje é marcada em grande medida pelo facto de o mercado dos produtos se afastar crescentemente dos produtores nacionais, quer devidos a processos de transnacionalização, quer devido a consequências das políticas macroeconómicas nacionais. Sendo certo que se ganhou uma consciência nunca antes revelada acerca do significado simbólico e estratégico da agricultura numa formação social, parece certo que muito se perdeu na criação de modalidades de organização do sector em que se atendesse a economias de variedade, à valorização de produtos diferenciados e à específica ligação entre produção e contextos ambientais e de sociabilidade que caracteriza a agricultura.

*Um sector agrícola que, enfim, vê cortados os seus meios de articulação com o sistema económico*

Mas não são apenas as questões de incidência sectorial que bloqueiam a lógica agrícola que durante muito tempo prevaleceu em Portugal. O que está em causa é que a modalidade de inserção económica da agricultura através do mercado de trabalho e da reprodução social fazia parte de uma lógica mais geral, expressa nas territorialidades de uma economia intermédia, que, no meu entender, está posta em questão.

E se era relativamente claro que aquela articulação foi, em muito, compensatória das insuficiências de uma economia que não tinha consagrado um modelo de acumulação intensiva nem uma relação salarial avançada, também era verdade que ela fazia parte, pela positiva, de modos de regulação regional actantes. O que hoje não parece que aconteça é que essa dinâmica actuante subsista, podendo restar aos meios rurais serem exclusivamente salvaguardas defensivas para as dificuldades do emprego formal, com escassa capacidade para tornarem os padrões de consumo mais avançados do que aqueles que derivavam dos padrões da produção<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Relembre-se, a este propósito, a tese de B. S. Santos (1985) sobre a descoincidência entre a produção e reprodução social em Portugal.

### 3.2. Os movimentos locais de industrialização: o que há de novo?

Se houve tema novo na investigação sobre a economia portuguesa da década de oitenta ele foi, dentro do grande revigoramento da economia regional, o do estudo dos movimentos locais de industrialização. Foram muitos os trabalhos publicados<sup>6</sup> e creio que se pode dizer que eles corresponderam justamente à preocupação de analisar o modo como as *matrizes constituintes* da economia portuguesa geravam dinâmicas e se articulavam com outras esferas do funcionamento económico.

As minhas próprias conclusões acerca deste tema apontavam para que as evoluções do emprego e do sistema produtivo revelava que, em grande medida, estávamos perante verdadeiros espaços estruturais do funcionamento da economia, mais do que perante simples desagregações espaciais do conjunto nacional. Para além de nos apercebermos de dinâmicas específicas, tornou-se notório que estávamos perante especializações regionais e estruturas organizativas associadas a diferentes formas de inserção externa, a diferentes fases de estruturação industrial e, enfim, a diferentes lógicas de inscrição territorial da indústria.

No plano do mercado de trabalho era notório que a diferenciação dos espaços industriais nos apontava para formas contrastantes de relação salarial e para diferentes estruturas sociais, as quais deixavam entender diversos processos actuantes de regulação social.

No caso dos espaços industriais do Norte e Centro litoral — os que mais retinham a atenção em análises deste tipo — estávamos perante formas de dinamização das economias industriais muito ligadas a uma pluralidade de processos intensos de articulação local, estando a própria forma da abertura e inserção externas destas economias relacionada com uma estrutura industrial cuja maturação se deu localmente, nalguns casos com vinculações locais já muito antigas. Era assim que as exportações eram, em grande medida, de produtos cuja especialização se consolidou anteriormente à intensificação das relações com os mercados externos (estou a referir-me, por exemplo, ao processo longo de especialização têxtil, mas o exemplo também pode servir para ramos da metalomecânica). Era assim, também, que o fabrico de pequenas séries, neste último caso, tem que se associar a

---

<sup>6</sup> Veja-se a nota 1.

formas de divisão do trabalho industrial consagradas no âmbito das economias regionais e locais. Algumas das modalidades de subcontratação que tiveram um desenvolvimento crescente supõem, evidentemente, capacidade já instalada e, por isso, reflectem as circunstâncias acima referidas.

Na região de Lisboa/Setúbal a especialização industrial esteve muito mais ligada a um outro modo da inserção externa do nosso país: não só às formas que reflectiam a dependência da nossa economia (quanto às importações no âmbito agro-alimentar e no da energia, por exemplo) como também àquelas formas que representavam a capacidade de oferta nacional para segmentos de mercado como os da construção e reparação naval ou para a instalação de fases produtivas muito relacionadas com processos de divisão internacional do trabalho de gestão multinacional.

O problema com que hoje se confrontam os movimentos locais de industrialização é este: não é racionalmente possível fundamentar a convicção de que as dinâmicas verificadas na década anterior e a lógica extensiva do seu funcionamento tenham sido substituídas por novos processos capazes de requalificar as capacidades instaladas, aprofundar as especializações ou diversificar a base produtiva.

E é claro, que o que é próprio de uma dinâmica extensiva pode caminhar rapidamente para o esgotamento se novos factores não surgirem. É certo, como tenho podido observar pelo meu próprio trabalho de terreno, que há casos de industrialização local que ainda dispõem de novos fôlegos para validar localmente formas de produção extensivas<sup>7</sup>. Elas resultam, nalguns casos, de possibilidades de exportação muito localizadas e não representam respostas novas à pergunta que se deve formular sobre o "passo seguinte" que supere os eventuais bloqueamentos do modelo existente.

---

<sup>7</sup> Refiro-me aos meus estudos sobre a industrialização de Águeda no sector da metalomecânica (J. Reis 1992 e 1993), onde pude observar que, depois, da grande fase de expansão do sistema produtivo local (segunda metade dos anos setenta e primeiros anos da década de oitenta), não houve senão escassas demonstrações da requalificação das capacidades locais (aprofundamento da especialização em componentes de precisão no sub-sector das bicicletas), havendo, no entanto, novas capacidades de validação local da extensa capacidade instalada nas pequenas e médias empresas que se dedicam a produções fragmentárias de peças e componentes. Isso foi obtido através de um grande alargamento da montagem de bicicletas, aproveitando as oportunidades do mercado espanhol subsequentes à desindustrialização deste país nesta produção.



Ao mesmo tempo, também não parece claro que se possa afirmar que a reordenação espacial da indústria portuguesa que se observou na segunda metade da década de setenta e na primeira da de oitenta tenha ganho capacidade de consolidação, sustentando a afirmação de novos espaços industriais fortes<sup>8</sup>. Esta constatação é tanto mais relevante quanto é certo que é legítimo e pertinente proceder-se a uma avaliação dos grandes investimentos em capital fixo social e no apoio à modernização empresarial que se seguiu à adesão às Comunidades Europeias.

Sendo verdade que o mapa das localizações das infraestruturas tecnológicas e de informação criadas para o apoio à indústria no âmbito do PEDIP tem hoje um "densidade" que não se deve ignorar (cf. J. Reis e R. Jacinto, 1992) está, no entanto, por fazer a análise das relações entre estas instituições e as economias empresariais. É visível que as associações empresariais, nos seus diferentes âmbitos espaciais de actuação, são parceiros poderosos de uma forte economia da informação em que não são nítidos os contornos de separação público/privado. Mas não parece claro que a capacidade de estruturação de uma "economia pública da informação" capaz de enquadrar e dinamizar a malha produtiva tenha predominado. Ao mesmo tempo, um bom indicador da ausência de estruturação da malha produtiva regional é o que se passa no associativismo empresarial, em que os sinais mais evidentes são a fragmentação e a falência sucessiva de projectos aglutinadores.

Devendo, além disso, "re-estudar-se" a espacialização da indústria em Portugal nos anos noventa, as hipóteses que hoje em dia devem merecer mais atenção são as da recentragem da dinâmica económica na região de Lisboa. Importa levar na devida conta indicadores recentes como os seguintes:

- Em 1991, metade do volume de vendas na indústria transformadora localizava-se em Lisboa (47% em 1990), apesar de só deter 30% do emprego;
- O volume de vendas por trabalhador industrial era 2.3 vezes o da região Norte e 2.7 vezes o da região Centro;

---

<sup>8</sup> A minha apreciação sumária é que, para além dos espaços de especialização antiga que ilustram reestruturações por realizar ou pouco sucedidas, e daqueles espaços onde se observam as já referidas situações de bloqueamento ou escasso prolongamento das dinâmicas extensivas, não é notória a formação de novos espaços industriais estruturados, nem a requalificação ofensiva dos que dispõem de capacidade endógena assinalável.

— A região de Lisboa concentrava mais de metade do volume de vendas de cada ramo industrial (com excepção dos têxteis e das madeiras);

— Com excepção do ramo têxtil, o volume de vendas por trabalhador em Lisboa é, em todos os sectores, superior ao das regiões Norte e Centro;

— A mono-especialização da região Norte (61% do emprego e 50% do volume de vendas no têxtil e vestuário) e a maior diversificação da região Centro (ramos alimentar, têxtil e vestuário e metalomecânico a representarem, cada um, uma parte do volume de vendas regional na casa dos 20%), não "confrontam" suficientemente uma especialização regional como a de Lisboa, centrada nas indústrias alimentares, químicas e metalomecânicas;

— Não deve deixar de se observar, finalmente, que os efeitos da viragem de uma política económica mais centrada nas exportações para outra mais favorável ao mercado interno e ao sector importador tem de ser considerada como produtora de efeitos regionais muito diferenciados, que beneficiam mais uma estrutura empresarial de dimensões e vocações como a que se centra em Lisboa.

Uma análise de escala intra-regional<sup>9</sup> como a que é possível fazer para a região Centro aponta nos mesmos sentidos.

— De facto, seis dos 78 concelhos da Região Centro (20% da população) concentram quase metade das exportações regionais, mais de 40% do volume de vendas e quase 40% do emprego industriais;

— Apenas treze concelhos têm um "esforço exportador" industrial e um volume de exportações superiores à média regional;

---

<sup>9</sup> Esta informação resulta do projecto de investigação *Internacionalização e Modernização da Indústria: o "sector internacionalizado" e os "regimes tecnológicos"*, em curso no Núcleo de Estudos sobre Sistemas Produtivos e Internacionalização do Centro de Estudos Sociais, em que participam, para além de mim próprio, Lina Coelho e João Tolda.

— Nos 25 concelhos com menor volume de vendas por trabalhador industrial esta *ratio* é cerca de 1/4 da dos cinco concelhos onde ela é mais elevada.

Este conjunto de indicadores não serve para definir liminarmente as características internas da industrialização portuguesa actual, nem a natureza das articulações espaciais em presença. Serve apenas para ilustrar a hipótese com que trabalho de que a reordenação espacial da indústria nacional que dinamizou a economia nos anos oitenta se terá esgotado sem consagrar o reequilíbrios dos seus espaços constituintes e sem aprofundar as capacidades produtivas disseminadas local e regionalmente.

Dados de outra natureza<sup>10</sup>, indicam que a evolução da repartição regional do emprego no sector secundário entre 1980 e 1990 consagrou um efectivo ganho de importância da região Norte em detrimento da de Lisboa, mas sem que a natureza da evolução fosse semelhante quando se considera o VAB:

— em 1980 e em 1986 a *ratio* VAB/emprego no Norte era 71.4% da de Lisboa, em 1990 era 65.7%;

— o índice de dispersão regional daquele indicador apresenta em 1990 valores mais próximos dos de 1980 do que dos de 1986 (para uma média nacional de 100, Lisboa retoma a posição inicial, 128.4, depois de ter sido 122.4 em 1986; o Norte passa de 91.7 em 1980 para 84.4, depois de ser 93 em 1986; o Centro mantém em 1990 a posição de maior proximidade a Lisboa que ganhou no primeiro sub-período);

— a dispersão é mais forte quando se considera o emprego total em vez do do sector secundário (índice 131.5 para Lisboa em 1990, 85.7 para o Norte e 71.8 para o Centro), mas alterações registadas entre 1980 e 1990 não foram significativas, o que pode significar que elas se registaram sobretudo no sector secundário mas não foram consolidadas ;

— em 1990 a produtividade aparente do trabalho do Norte no sector secundário era quase 2/3 da de Lisboa (o mesmo considerando o

<sup>10</sup> INE, Contas Nacionais, 1986-1989.

emprego total), a do Centro era 3/4 (pouco mais de metade considerando o emprego total);

— em 1980 a produtividade aparente do trabalho do Norte no sector secundário era quase 3/4 da de Lisboa (menos de 2/3 considerando o emprego total), a do Centro era 60% (menos de metade considerando o emprego total).

Ao mesmo tempo, e ao contrário do que aconteceu na década passada, factores como a especial propensão para a iniciativa e a criação de emprego ou o fortalecimento de estratégias de inovação não parecem suficientemente centrais para fornecerem uma "contra-imagem" qualitativa à que aqueles indicadores apenas esboçam.

Do mesmo modo, uma exploração das evoluções do quadro de especialização da indústria portuguesa nos planos nacional e regional não permite vislumbrar indicadores sinais de melhoria da qualidade ou consagrações regionais significativas das dinâmicas a que nos referimos para a década de oitenta.

### **3.3. O Rendimento Disponível das Famílias**

A análise deste indicador fez-se com bastante atenção durante a década de oitenta<sup>11</sup>. Sublinhou-se, sobretudo, os valores elevados assumidos por componentes como as remessas dos emigrantes, as prestações sociais e os juros dos depósitos a prazo e redução do peso das formas principais de rendimento numa sociedade capitalista, como é o caso dos salários e dos lucros (A. Mateus, 1985: 291); ou a diferenciação regional das estruturas económicas e a sua natureza compósita, significando uma "desconcentração" da formação do rendimento, particularmente notório no Norte e no Centro (J. Reis, 1985).

A leitura da composição do rendimento disponível das famílias para o período 1986-1990, revela o seguinte:

---

<sup>11</sup> O GEBEI fez um excelente trabalho de regionalização dos indicadores, que foram usados, entre outros, por M. Silva (1985), A. Mateus (1985), J. Reis (1985).

- No Continente, as famílias formam o seu rendimento crescentemente na base de salários (54.9% em 1990; 51.8% em 1986; era 40.2% em 1983);
- Os rendimentos da propriedade e do capital, de que eram componente muito forte os juros de depósitos a prazo, decresceram de forma assinalável (eram em 1990 10.3%; 14.1% em 1986; eram ainda mais de 20% no início da década);
- As prestações sociais passaram a situar-se depois de 1988 em cerca de 14% (eram 12.4% em 1986 e tinham sido cerca de 8% nos finais da década de setenta, depois de um aumento histórico com o 25 de Abril);
- O excedente bruto de exploração, significando a parte da actividade autónoma das famílias, situa-se em valores elevados e crescentes (32.2% em 1990 e 29.3% em 1986, valores superiores ao cerca de 1/4 dos anos setenta).

Parece assim poder considera-se que a significativa redução de formas de rendimento como o "rentismo" presente no peso dos juros ou o significado das remessas foi de par com uma maior polarização dos recursos das famílias nos salários e com um maior peso das políticas sociais, representado nas prestações sociais.

## **Conclusão**

Do pano de fundo em que apresentei os meus argumentos acerca do possível esgotamento, sem alternativas qualificantes, do modelo que na década de oitenta possibilitou um funcionamento extensivo da economia portuguesa, ressaltaram três questões básicas.

A primeira é a do desabar de um modelo agrícola que se articulou com a economia na base da pluriactividade e da influência de dinâmicas de industrialização em espaços locais de pequena empresa dotados de fortes sinergias territoriais.

A segunda é a da não consolidação ofensiva das lógicas que, no quadro de desenvolvimento referido, dinamizaram os espaços da indústria nacional, tendo-lhe conferido capacidade de articulação espacial assinaláveis.

A terceira é a da crescente polarização das formas de rendimento das famílias.

Como o corolário destas três questões é uma economia menos dotada de mecanismos compensadores que a dinamizavam e a flexibilizavam, uma economia de pequena dimensão sem complementaridades espaciais estabelecidas e uma economia com menos *espessura* nas esferas da reprodução social, a hipótese de fundo é que a posição de Portugal perante a transnacionalização seja hoje menos forte do que na década anterior.

## Bibliografia

- Alves, Manuel Brandão; Figueiredo, Carlos; Martins, António Natalino e Santandré, José (1986), "Especialização produtiva regional e especializações produtivas regionais - contributos para uma visão integradora", *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, CISEP.
- Amaro, Rogério Roque (1991), "Lógicas de espacialização da economia portuguesa", *Sociologia-Problemas e Práticas*, 10
- Fernandes, Lino (1994), "Globalização, mercado único e economias de proximidade, *Notas Económicas - Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 4.
- Ferrão, João (1985), *Indústria e Valorização do Capital*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Ferrão, João; Jensen–Butler, Chris (1986), "Desenvolvimento industrial e diferenciação regional em Portugal durante a década de 70", *Finisterra*, Volume XXI, 42.
- Figueiredo, Carlos (1985), "A dinâmica regional do investimento entre 1971 e 1980", Comunicação ao Seminário *Estrutura Espacial da Economia Portuguesa*, Lisboa.
- Figueiredo, Carlos; Rodrigues, Eduardo Ferro; Cordovil, Francisco; Ribeiro, José Félix e Fernandes, Lino (1985), "Especialização internacional, regulação económica e regulação social-Portugal: 1973-83", *Análise Social*, 87-88-89.
- Gama, António (1993), "Espaço e sociedade numa situação de crescimento urbano difuso: o caso português" in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento.
- Gaspar, Jorge (1987), *Portugal, Os Próximos 20 Anos - Ocupação e Organização do Espaço: retrospectiva e tendências*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonzalez, Maria do Pilar (1992), "Étude de longue période du rapport salarial au Portugal", Université de Paris I.
- GEBEI (1983), "Contas de rendimento das famílias no Continente, distritos, sub-regiões e regiões", mimeo.
- Henriques, José Manuel (1986), "Iniciativas municipais inovadoras na promoção do desenvolvimento local - os casos de Castelo de Vide e de Castanheira de Pêra", *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, CISEP.
- INE, *Contas Regionais, 1980-1990*.
- Justino, David (1988), *A Formação do Espaço Económico Nacional - Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega.
- Lobo, Isabel Sousa (1985), "Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje", *Análise Social*, 87-88-89.
- Marques, Maria Manuel Leitão (1992), *Subcontratação e Autonomia Empresarial*, Porto, Afrontamento.
- Mateus, Augusto (1985), "25 de Abril, transição política e crise económica: que desafios dez anos depois?", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17.

- Mateus, Augusto (1987), "Economias semiperiféricas e desenvolvimento desigual na Europa (reflexões a partir do caso português)", *Economia e Socialismo*, 72/73.
- Mattoso, José (1986), *A Identificação de um País*, Lisboa, Presença.
- Medeiros, Fernando (1988), "Um sistema social de espaços múltiplos: a autonomia do local na sociedade portuguesa", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 25/26.
- Neves, António Oliveira (1984), "A dimensão local da crise de emprego nos anos 80 - Iniciativas locais de emprego: o exemplo de Castanheira de Pera", in *Modernizar a Economia Portuguesa*, Lisboa, Associação Portuguesa de Economistas.
- Portas, Nuno (1986), "Modelo territorial e intervenção no Médio Ave", *Sociedade e Território*, 5.
- Reis, José (1985), "Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura - para uma análise da articulação entre a acumulação e a reprodução", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/117.
- Reis, José (1986), "Modos de regulação regional, iniciativa empresarial local e pequena agricultura complementar", *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, CISEP.
- Reis, José (1992), *Os Espaços da Indústria - A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Reis, José (1993), "Portugal: a heterogeneidade de uma economia semiperiférica" in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*, Porto, Afrontamento.
- Revista Crítica de Ciências Sociais*, 22,1987.
- Rodrigues, Maria João (1988), *O Sistema de Emprego em Portugal - crise e mutação*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Ruivo, Margarida (1992), "Logiques familiales, flexibilité productive et main-d'oeuvre secondaire: le cas du district industriel du liège à Feira (Portugal)" Université de Paris I.
- Santos, Boaventura de Sousa (1985), "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", *Análise Social* 87/88/89.
- Santos, Boaventura de Sousa; Reis, José e Marques, Maria Manuel Leitão (1986), "O Estado e as transformações recentes da relação salarial: a transição para um novo modelo de regulação da economia", *O Comportamento dos Agentes Económicos e a Reorientação da Política Económica*, Lisboa, CISEP.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994) *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Silva, Manuela (1985), "A repartição do rendimento em Portugal no pós Abril 74: tópicos para um debate", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17.
- Silva, Mário Rui (1988), "Industrialisation et développement local: une interprétation à partir du cas portugais", Université des Sciences Sociales de Grenoble.